

ZERO

Ano VIII
nº 2

JORNAL LABORATÓRIO — DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO, UFSC — FLORIANÓPOLIS, JUNHO de 1990

UFSC URGENTE

Um encarte especial mostra as deficiências de alguns dos principais Departamentos de Ensino da UFSC: falta tudo, do mais simples ao mais complexo.



SEM TERRA VÃO PRA RUA

Nossos repórteres acompanharam o Congresso dos sem-terra em Brasília. Página 6 e 7.



Depois de duas eleições,
apelos à legalidade e
várias idas e vindas

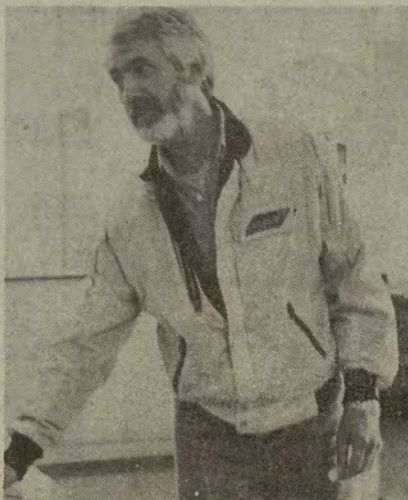
Jornalismo agora sob nova direção

O novo chefe do Departamento de Comunicação e o novo Coordenador do Curso de Jornalismo assumem suas funções no próximo dia 15 de julho. Eles foram eleitos em eleições separadas. Na primeira, realizada no dia 30 de maio último, o professor Paulo Brito derrotou o professor Cesar Valente na disputa pela chefia do Departamento. Mas como o vencedor concorria sem um vice, seria preciso realizar outra eleição para esta escolha específica.

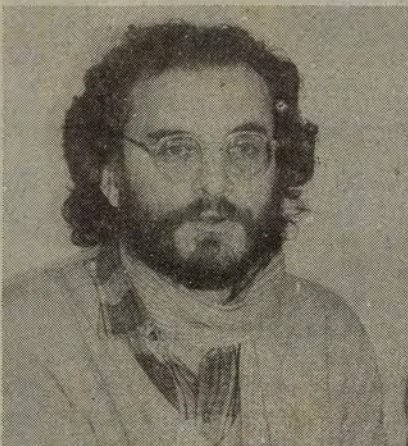
Para a coordenadoria do Curso a única chapa concorrente no dia 30 foi eleita, mas o professor Carlos Adi Vieira requereu a impugnação da candidata a Coordenadora, professora Valci Zuculoto, alegando seu pouco tempo de experiência docente. Isto, naturalmente, obrigou à realização de uma nova eleição também para funções de Coordenador e Sub.

A nova eleição foi realizada no último dia 20 de junho, com chapa única para todos os cargos vagos. Além do professor Paulo Brito, estão eleitos o professor Henrique Finco, como sub-chefe do Departamento, o professor Mauro Pommer, como Coordenador do Curso e a professora Sonia Mauluf como subcoordenadora.

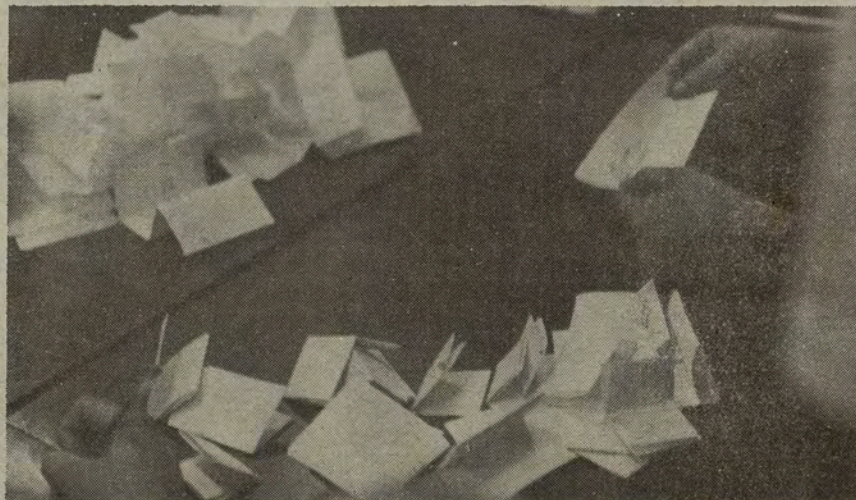
Nesta página, os novos administradores eleitos expõem algumas das suas principais preocupações quanto ao Departamento e ao Curso.



Brito, chefe do COM



Pommer, Coordenador



Matando a vontade de votar, repetindo a eleição

“Aqui, é a comunidade quem decide”

Paulo Brito

Sem o apoio de todos não poderemos alcançar os objetivos que propusemos ao nos candidatar a chefia do Departamento. Penso que sozinho não poderei fazer nada. A luta é de todos os segmentos do Curso de Comunicação Social — Habilitação Jornalismo. Aqui, é a comunidade quem decide.

Todos nós sabemos que precisamos ampliar o espaço físico; reequipar os laboratórios; maior participação dos professores junto ao Curso e aos alunos e estimular os discentes nesta nossa caminhada que se inicia em 15 de julho.

A mobilização de toda a comunidade nos levará a alcançar os objetivos de campanha, que foram referendados na eleição. A colaboração e o interesse de todos é importante neste momento.

Sabemos que teremos dificuldades impostas pela Reforma Administrativa colocada em prática pelo atual governo, mas o Curso cresceu graças à luta de todos, com a mobilização dos vários segmentos e será desta forma que continuaremos crescendo. Comprometo-me a ser apenas o instrumento das decisões da maioria. Isto eu prometo.

E agradeço a confiança, conclamando a todos: “vamos juntos, outra vez”, como nestes 10 anos, elevar a cada momento a imagem do Curso, mantendo-o no patamar que ele merece e que nós merecemos.

“O Curso carece de coordenação pedagógica”

Mauro Eduardo Pommer

Minha intenção é reavivar a Coordenadoria do curso. Na última gestão esse espaço foi deliberadamente esvaziado, a ponto de terminarmos com um coordenador pro tempore, após duas renúncias sucessivas. Por isso, tudo está por fazer, o curso carece de coordenação pedagógica.

Para que o curso possa reconstruir sua auto-imagem é preciso instaurar novos fóruns de debate. Por um lado, os problemas serão debatidos amplamente em reuniões com alunos, funcionários e professores, antes de irem à instância de deliberação. Por outro, vamos promover o debate de idéias visando superar distâncias e preconceitos construídos ao longo dos anos.

Certamente o tema que concentrará o maior esforço será a adaptação do currículo à Reforma Acadêmica, assim como sua modificação em alguns pontos que têm se revelado falhos.

Outro item que merecerá especial atenção será a avaliação do perfil e das aspirações do corpo discente, colhendo subsídios para que possamos estudar a convivência e a viabilidade da abertura de novas habilitações profissionalizantes. Contudo, para que qualquer expansão do curso se torne possível, é necessário continuarmos nossa luta paralela contra a irracionalidade (ou a racionalidade perversa) com que tem sido tratado o ensino público no país.

ZERO

JORNAL LABORATÓRIO

Uma publicação do Laboratório de Jornalismo Gráfico do Departamento de Comunicação do Centro de Comunicação e Expressão da Universidade Federal de Santa Catarina.

Orientação técnica e editorial — Professores Aglair Bernardo (supervisora do LabGraf) e Cesar Valente.

Este número contou com a participação dos seguintes alunos do Curso de Jornalismo:

Edição e textos — Ana Lavratti, Artur Prelivitz, Cláudia Renata de Oliveira, Cláudio Toldo, Elaine Tavares, Geraldo Hoff-



Melhor
Peça Gráfica
I e II Set
Universitário
Maio 88
Setembro 89

man, Ivaldo Brasil Jr., Jacques Mick, Josiane Lapz, Katia Klock Scarduelli, Marcelo de Andrade, Nilva Bianco, Pedro Santos, Pedro Saraiva, Rafael Masselli, Vassiliki Fedrizzi Petalas e Viviane Nuñez Sommer.

Diagramação — Nilva Bianco (monitora), Katia K. Scarduelli, Vivian de Albuquerque e Ozias Alves Jr.

Fotografia — Ana Carine Garcia, Geraldo Hoffmann, Jacques Mick, Karin Veras, Lauro Maeda, Nilva Bianco.

Laboratório fotográfico — Pedro Melo, Romir Rocha.

Arte — Frank

Endereço — Prédio do CCE, Campus Universitário, Trindade, 88015 Florianópolis, SC. Telefones (0482) 31-9215 e 31-9490.



“Forasteiros” voltam a receber atenção

Pedro Santos

Nunca o Escritório de Assuntos Internacionais (Esai) preocupou-se tanto com os estudantes estrangeiros como agora. Em menos de um mês tomou iniciativas que não fazia há dois anos: reuniu, nos dias 21 de maio e 11 de junho, os “forasteiros” vinculados à UFSC e já programou outras atividades. “Queremos dinamizar a integração de vocês à comunidade universitária”, disse o diretor do Esai, Antônio Pedro Schindwin, 45, na abertura da reunião que juntou cerca de um terço dos 122 estudantes-convênio, na sala dos Conselhos, no prédio da Reitoria.

De fato, as reuniões serviu exatamente como pontapé inicial para um projeto ousado: a realização, em outubro próximo, de uma semana das nações — por ocasião do aniversário da ONU. O evento seria o prelúdio de uma associação de estudantes estrangeiros, em moldes diferentes de uma que havia sido criada em maio de 1988, e que não sobreviveu nem dois meses. Com isso, o Esai pretende resgatar a imagem de órgãos de apoio aos estudantes estrangeiros, ao mesmo tempo que chama a si a responsabilidade de integrá-los coletivamente à comunidade universitária, a partir da promoção de eventos marcantes. Até agora, o atendimento aos conveniados tem sido individual e disperso.

O certame será assinalado com exposições alusivas aos países de origem dos conveniados. Será um mosaico artístico-cultural, com mais de 15 nações representadas, entre elas seis da África,

quase toda a América do Sul, Estados Unidos, Austrália e China. A maior atração será, certamente, o “stand” do novo baluarte do socialismo ortodoxo na Ásia. Os representantes chineses estarão numa situação espinhosa; ou farão uma exposição e preleção “imexível” ao gosto da liderança de Pequim, ou terão que apresentar os fatos sobre a China comunista — com referência a Primavera de Pequim — para merecer os aplausos da platéia brasileira.

Prevê-se a participação de personalidades políticas e culturais de origem dos conveniados. O que ainda não se definiu é quem arcará com as despesas em passagens e estada destes convidados. Nem o Esai sabe ainda onde conseguir esse dinheiro. Insinuou-se, no entanto, que a saída será o patrocínio pelas empresas privadas.

Dúvidas e demoras — Foi criada uma comissão provisória para implantação da associação dos conveniados abrangidos pelo PEC (Programa de Estudante-Convênio) e acertados os detalhes para o funcionamento desta comissão. O PEC é uma atividade de cooperação com países em desenvolvimento na formação de recursos humanos, pela qual alunos de nações com as quais o Brasil mantém acordos culturais vêm estudar nas universidades brasileiras. A associação incluirá também os 53 pós-graduandos estrangeiros ligados ao CNPq/CAPES.

“O estudante-convênio que, após o primeiro ano de estudos for reprovado duas vezes consecutivas na mesma disciplina ou em mais de duas disciplinas no mesmo período letivo, bem como aquele que trancar sua matrícula, exceto por motivos de saúde, será desligado do PEC”. Esta cláusula de normas do programa foi vista com estranheza pela maioria dos conveniados.

Outro ponto criticado foi o que determina a validade do diploma apenas para o país de origem do conveniado. Eles acharam-no discriminatório e contraditório.

Procendete ou não, a verdade é que a realidade apresenta-se diferente em um aspecto: quando o graduado estrangeiro decide ficar no Brasil, este item é ignorado. Um exemplo: Carlos Costa, 36 anos, da Guiné-Bissau, formou-se na condição de estudante-convênio e hoje é professor da Faculdade de Agronomia em Passo Fundo, no Rio Grande do Sul. É um caso entre centenas pelo Brasil afora. Mas o problema não se esgota aí. Quando o graduado decidiu morar em outro país, o diploma brasileiro teria validade curricular? Não se tem ainda nenhum exemplo imediato. É aí que reside a preocupação dos conveniados.

Outro problema colocado na reunião foi a morosidade da Polícia Federal na concessão de vistos temporários. Quase todos constaram episódios que confluíram numa constatação: a PF cobra muito dos estrangeiros, mas chega a demorar meses para conceder um visto, mesmo se fosse só para renovação. Os bolsistas, que recebem mensalidades pelo convênio, fizeram um coro à parte. Apelaram ao Esai que procurasse explicações junto ao MEC e Itamaraty sobre os constantes atrasos no envio do dinheiro. Os dois ministérios são encarregados de administrar as verbas destinadas às bolsas. Os bolsistas chegaram a ficar dois meses sem receber.

Mosteiros caros — Para os conveniados matriculados na UFSC esta situação ganha um detalhe desagradável: a falta de moradia estudantil. Perdem em relação aos colegas da USP, em São Paulo, e UnB, em Brasília, por

exemplo, onde existem blocos residenciais para estudantes. Para piorar, os preços de aluguéis são tão salgados, que uma das saídas é rachar o pagamento com um amontoado possível de colegas, que nem sempre são boa companhia. A vocação turística da ilha parece ser o maior complicador da situação.

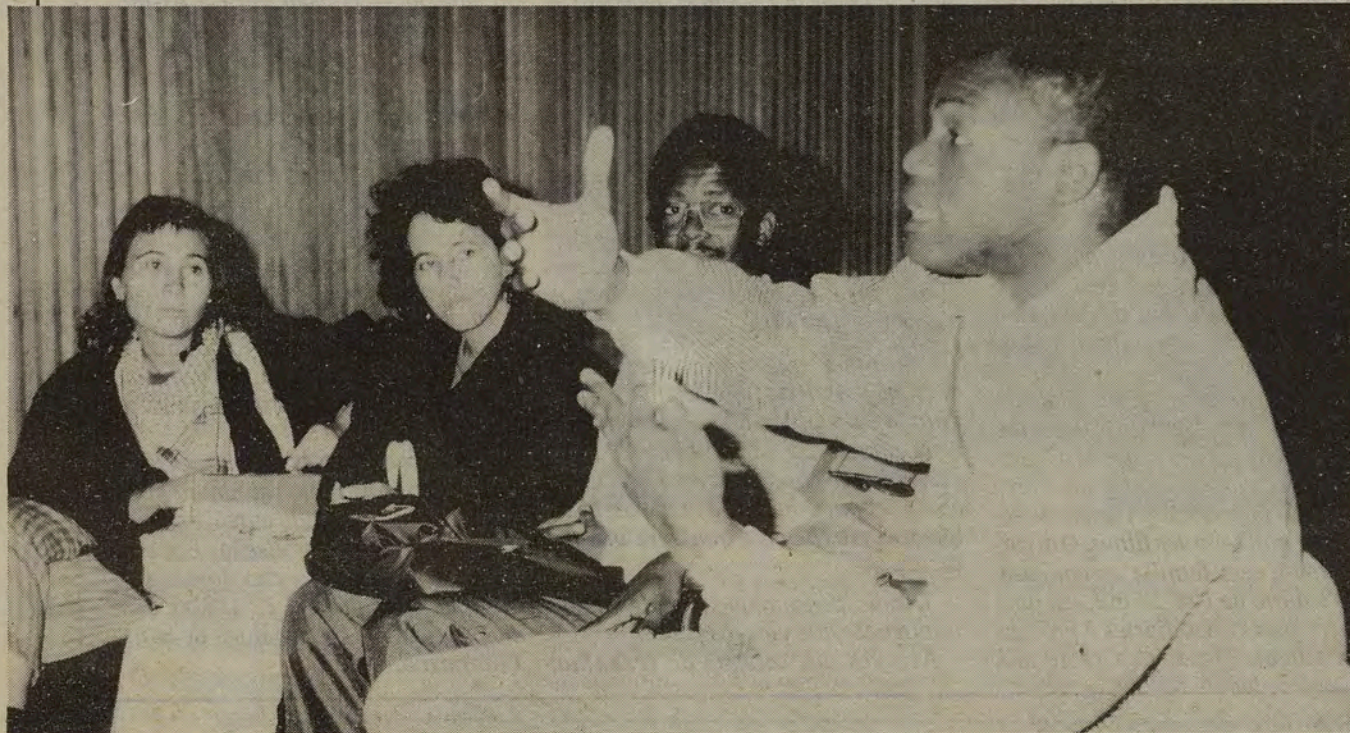
Com a média de três salários mínimos (cerca de 12 mil, em junho), os bolsistas vêm-se no constrangimento de disputar a locação de imóveis com turistas sempre dispostos a desembolsar muito dinheiro para conseguir um lugar. Na Grande Florianópolis, o preço de aluguel de um apartamento oscila entre Cr\$ 10 mil e Cr\$ 50 mil. Até mesmo as pensões, tradicionalmente tidas como “salva-vidas”, estão aprendendo a aumentar os preços. Além de as normas de funcionamento serem tão rígidas e absurdas que poderiam tranquilamente serem comparadas aos regimentos de mosteiros. Um dos mandamentos muito em voga é a proibição de visitas de mulheres. Os homens, pela prática, estão isentos.

Um estudante chegado recentemente da República de Moçambique, desabafou após a última reunião que não aguentava mais viver sob uma bateria de normas “mais complicadas do que o seu tempo de seminarista. A barra é tão pesada que não dá mais para segurar”, lamenta. O problema do jovem moçambicano não se explica só pela falta de uma companhia feminina no seu quarto. Existem outros que já viraram corriqueiros nesta pensão: o barulho e a falta de higiene nos banheiros. Em Florianópolis, poucas delas salvam-se destes problemas. Uma é a “Sena Demba House”. Lá as visitas e o silêncio é norma. Um paraíso.

O estudante que se aventura a morar num apartamento está sempre sujeito aos caprichos das administradoras e — por que não? — dos proprietários. O hino de cada dia é sempre o mesmo: a defasagem dos preços de aluguéis. Ora, se morar numa pensão é um constante exercício de paciência, alugar um apartamento parece ser um eterno somar — quem sabe multiplicar — as contas de locação, condomínio, energia elétrica e IPTU. Os síndicos são os mestres em arrumar novos encargos. A cada instante surge um aumentozinho.

A questão de moradia está ainda em pauta para as próximas reuniões. Mas, já se fala na hipótese de se criar um fundo de financiamento, para o qual os estudantes estrangeiros interessados contribuiriam mensalmente com uma quantia determinada para a construção de uma residência estudantil. Os alunos estariam em condições de financiar a obra? Somada a esta colocação ressurgem outras, que até poderia ser a primeira: Cadê a residência estudantil que a Reitoria tanto prometeu, e que por sinal começou a construir, mas abandonou?

Lauro Maeda



Os jornalistas procuram recompôr seus salários e encontram obstáculos

Nas ruas, a luta pela dignidade

Quem viu, há poucos dias, um repórter de TV de terno e gravata cobrindo a greve dos motoristas de ônibus de Florianópolis, pode ter pensado: "Esta aí um marajá entrevistando um miserável". Errou duas vezes. Primeiro, porque são dois miseráveis. Segundo, porque o jornalista, que estuda quatro anos numa faculdade, trabalha todos os dias, inclusive sábados, domingos e feriados, ganha apenas Cr\$ 12 mil, enquanto o salário do motorista é de Cr\$ 19 mil.

Greve é assunto quase diário da pauta dos jornalistas. Até porque os empresários brasileiros só costumam dar aumentos de salários na marra, nos Tribunais da Justiça do Trabalho. Desde 1986, antes mesmo da eleição da atual diretoria do sindicato, os jornalistas têm se mobilizado para a negociação do acordo coletivo, e no ano passado a redação do Estado chegou a fazer uma polêmica paralisação. Mas greve de jornalistas não sai na "grande imprensa". Desde o dia 16 de maio, eles lutam, em estado de greve, por 175% de reposição das perdas do Plano Collor, 20% de aumento real e 30% de produtividade (índice igual ao crescimento econômico das empresas de comunicação no período 88/89).

Durante duas semanas, os jornalistas travaram um confronto direto - passeatas e paralisações temporárias - com os donos dos quatro maiores jornais, e nada. Os patrões mantêm-se irredutíveis: ameaças de demissões, censura e plantão nas redações são as armas que eles estão usando para manter o piso salarial em Cr\$ 12.428,30 e não aumentar para Cr\$ 34.177,82 como querem os jornalistas. "Qualquer goiabeiro de esquina ganha mais que isso", protesta Celso Vicenzi, presidente do sindicato.

Desrespeito Para conseguir este aumento os jornalistas esperam que os empresários aceitem negociar. Mas até o dia 1º de junho nada foi decidido. Nas três vezes em que se tentou uma negociação, os patrões mostraram bem a vontade de resolver o impasse: na primeira reunião, dia 2 de abril, os empresários simplesmente não compareceram, na segunda, dia 18, ofereceram 6% de reposição salarial e na terceira, no dia 16 de maio, não deram nada. Além disso, negam os índices oficiais



Jornalistas saíram às ruas em busca do acordo salarial de 1990

Como viver (viver?) com este salário

Geraldo Hoffman

"Índios comem lixo em Porto Velho. Lixo. Lixo não eram cães. Eram índios. Índios comem lixo em Porto Velho". Escreveu no jornal. Em outra nota, mandou o governador Jerônimo Santana literalmente à merda, por causa de uma baita churrascada que ofereceu ao PMDB com dinheiro público. No dia seguinte, recebeu um telefonema:

— Você é o Norberto Silva, aquele repórter parecido com o Roni Von?

— Sou.

— Você tem três alternativas: voltar pela mesma estrada que veio: trabalhar quietinho e ganhar dinheiro; ou ficar em Rondônia pra sempre, enterado.

Apesar das ameaças, ficou ainda oito meses no "Estadão do Norte" e embarcou de volta a Florianópolis. O tempo e a distância (dois anos no Norte do País) haviam se encarregado de separá-lo da mulher e dos filhos. O divórcio deixou-o sem família e sem casa. Com o salário de Cr\$ 12 mil, fez uma via-sacra pelas imobiliárias à procura de um aluguel abaixo de Cr\$ 10 mil.

Oferecia até Cr\$ 7 mil. O resto seria para comer. Se fosse próximo do centro, iria a pé para o trabalho. Os corretores riam. Pediam Cr\$ 15 mil pelo aluguel de uma quitinete: um quarto e um banheiro. A hora em que ficava mais nervoso era à noite. Deixava a mala de roupas na redação, escovava os dentes e ia dormir na rodoviária.

— Foram quinze dias assim. Às seis da manhã, dois policiais vinham me tirar do meu cantinho, lá no andar superior do Rita Maria. Só pra sacanear. Eles sabiam que eu estava lá. Até que um casal me ofereceu o sofá para dormir. Era uma casinha de madeira, ruizinha, em Coqueiros. Os pernilongos quase me comiam.

Continuou procurando uma pousada mais definitiva. Pensou em se juntar aos oito peões que se amontoam num quarto da Conselheiro Mafra. Havia um colchão sobrando. Mas seria chato ocupar o lugar de mais um peão que poderia chegar a qualquer instante.

— Depois, pensam que a gente é mais inteligente que eles (os peões).

Através dos colegas de trabalho,

soube de um lugar num hotel mixurruca na Lagoa. Cinco mil cruzeiros por vaga. Cabem quatro pessoas no quarto. Um beliche e uma cama de casal. Fez as contas: Cr\$ 12 mil menos Cr\$ 5 mil menos Cr\$ 3 mil e 600,00 (30% do salário — pensão para a ex-mulher). Sobram Cr\$ 3 mil e 400 para comer, vestir e ônibus. Desconta Cr\$ 1 mil de cigarros por mês.

— O hotel dá café da manhã, essa é minha sorte. Quando sobra uma graniinha, compra pão na padaria, à tarde. Não almoço. Se fosse almoçar, um almoço custa Cr\$ 200,00, seriam mais Cr\$ 6 mil por mês. Não compro roupa há seis meses. Livro, só em biblioteca. Jornal e revista, só na redação. Mas ainda dou um jeitinho de tomar minha cachaça. Não dispense uma boca livre. Estou sempre representando meus colegas.

"Roni Von" faz parte de uma classe de trabalhadores que estuda no mínimo 15 anos, incluindo curso superior, para exercer sua profissão. É jornalista, repórter de esportes do jornal A Notícia, e ganha Cr\$ 12.428,30. Este é o piso salarial do jornalista de Santa Catarina.

Nas ruas...

de inflação. Pior que as ameaças de demissão e censura, só mesmo o desrespeito com que os empresários estão tratando a categoria.

Um boletim do sindicato distribuído à população explica que os baixos salários geram altos lucros para os donos dos meios de comunicação. O grupo gaúcho RBS tem quase 40 emissoras de rádio e TV, dois jornalistas, um banco e acaba de comprar uma empresa de informática por 10 milhões de dólares. "Fazem ainda", mostra o boletim, "demagogia com programas de auxílio a crianças carentes, mas não pagam salários dignos aos seus funcionários".

O jornal O Estado é, há 75 anos, um elo de ligação com inúmeras empresas (Hoepcke Veículos, Gelotin, Imprefar, Café Cacique e outras). O Jornal de Santa Catarina tem entre seus acionistas as principais empresas de Blumenau. E o Jornal A Notícia, com 67 anos, é considerado um dos mais sólidos grupos da imprensa catarinense. Tudo isso, denuncia a categoria, às custas da miséria que pagam aos jornalistas.

Sem camisa - Diante da falta de interesse dos empresários em negociar, os jornalistas foram às ruas. No dia 23 de maio, fizeram passeatas em Florianópolis e Joinville. Quem costuma cobrir manifestações de outras categorias, dessa vez os jornalistas distribuíram seus próprios panfletos.

"Não sai no jornal, jornalista ganha mal". Os empresários receberam o aviso e, nos bastidores das redações, passaram a admitir um reajuste de 20%.

À noite, a categoria se reuniu na sede do Sindicato. A Assembléia lotada. No meio da discussão, alguém propôs que os jornalistas vestissem calça ou camisa pretas durante as manifestações. Foi o bastante para um repórter desabafar: "Se eu comprar uma camisa, vou comer o quê?"

Depois de quase três horas, duas propostas: paralisar no dia 24 ou tirar indicativo de greve para a semana seguinte. Venceu a segunda e como forma de protesto, os jornalistas programaram uma semana de manifestações.

No domingo, faixas e cartazes no jogo do Figueirense e Joinville. Na segunda-feira, dia 28, paralisação das seis às sete da noite em todas as redações, menos no Jornal de Santa Catarina: lá os jornalistas não agüentaram e no dia 25 já estavam parados. O gerente da sucursal de "Santa" em Florianópolis chamou a polícia para impedir piquetes e oito policiais ficaram vigiando os jornalistas em greve como se fossem criminosos.



Sem acordo, sem salário, sem saída

Demissões - Na terça-feira, os manifestantes se mobilizaram no plenário da Assembléia Legislativa. Aproximadamente 60 profissionais pediram

apoio dos deputados. Alguns políticos lembraram sua necessidade da imprensa e a maioria lembrou perseguições passadas. Salomão Ribas Júnior, de-

putado federal do PL e advogado da RBS, não se manifestou.

Quarta e quinta-feira os jornalistas protestaram em frente às redações dos dois jornais da capital. Na quarta, no Diário Catarinense o movimento foi fraco: cerca de 20 jornalistas se deslocaram até lá. E na quinta, a chuva e o frio diminuíram o ímpeto dos manifestantes. Mas Celso Vicenzi voltou a lembrar da necessidade da categoria continuar unida e lutar por melhores salários. "Do contrário, vamos continuar passando fome".

No balanço geral do movimento por melhores salários, aparece na coluna de perdas as 65 demissões que já aconteceram: 60 jornalistas do Jornal de Santa Catarina e 5 do Diário Catarinense. No próximo dia 18 de junho acontece a primeira audiência de conciliação entre os sindicatos dos jornalistas e patrões na Delegacia Regional do Trabalho. Mas para Celso Vicenzi, os empresários não vão estar dispostos a negociar as perdas se não tiverem a garantia de poderem repassar essa reposição aos preços dos produtos.

Uma longa procissão de Sem-Terra desafia Brasília

Mais de cinco mil agricultores rurais Sem-Terra realizaram, em Brasília, o seu segundo Congresso Nacional. Participaram delegações de toda a América Latina, contando lutas e conquistas. No primeiro dia de Congresso aconteceu apenas a chegada das delegações dos 19 estados do Brasil, onde existe o Movimento Sem-Terra organizado, e a abertura oficial. À noite um show com grupos musicais e artistas ligados à luta da terra, como Machel, Pingo de Fortaleza e Zé Geraldo.

No segundo dia houve trabalhos em grupo para discutir a pauta de reivindicações que seria entregue ao Presidente da República, ao Ministro da Agricultura e ao Congresso. Os Sem-Terra querem a legalização das terras ocupadas, desapropriação de todos os latifúndios, demarcação das áreas indígenas, punição dos crimes contra trabalhadores rurais, fim da política de colonização e uma política agrícola diferenciada. À tarde, houve a Sessão Latino-Americana. Foi a vez de países como Colômbia, Guatemala, El Salvador e outros trazerem a solidariedade aos trabalhadores brasileiros. Eles contaram a história dos seus países e mostraram que a luta não é diferente. Como os brasileiros, eles também enfrentam a violência, os crimes e a injustiça.

Ainda no segundo dia, uma musiquinha conhecida por todos agitou o estádio. Era o Olé Olá da campanha Lula Presidente. O deputado Lula foi o momento de maior emoção. Uma massa de bandeiras vermelhas recebeu o ex-candidato à presidência e a palavra de ordem era: "O povo organizado não(?) quer Lula deputado". Lula explicou aos trabalhadores rurais porque não vai disputar cargos este

ano. Ele entende que vai incomodar muito mais a burguesia se percorrer o Brasil durante a campanha, elegendo Governadores e Deputados. Lula quer voltar ao movimento pois acredita que o povo precisa de mais consciência política.

Lula não está em crise como alardeia a imprensa burguesa. Ele está seguro de sua decisão. "Vou redescobrir o Brasil", diz o deputado, "e preparar o país para enfrentar o governo Collor".

À noite um festival de música só com os lavradores. Ganhou um catarinense, contando a história da ocupação em Palma Sola e a morte de Olivio Albani.

No terceiro dia foi a vez da passeata. Mais de oito quilômetros de gente e bandeiras vermelhas do Movimento Sem-Terra. Brasília parou para olhar. Só os jornalistas da capital é que achavam engraçada a caminhada. Alguns faziam troca e balançavam a cabeça em sinal de condescendência. Durante todo o encontro, a cobertura da imprensa foi mínima. O "Estado de S. Paulo" chegou a dar uma página inteira com o ministro Cabreira, enquanto lá embaixo, no pé da página dava uma notinha sobre o Congresso.

Mas os Sem-Terra sempre fizeram suas lutas sem o apoio da grande imprensa e agora não ia ser diferente. No primeiro confronto direto de trabalhadores com o governo Collor, ficou a certeza de que o Movimento não vai se intimidar com um governo ligado à UDR. A decisão do Segundo Congresso é de que se em 60 dias não houver uma resposta para suas reivindicações, as ocupações vão continuar. A proposta é ocupar, resistir na terra e fazê-la produzir. Custe o que custar. (E. T.)



Lula: solidariedade aos trabalhadores da terra

Sem reforma agrária, resistência ainda é a solução

Elaine Tavares

Na poltrona 42 do ônibus da Pluma, o lavrador entendeu que a reforma agrária só sai pela mão dos trabalhadores e que a tática de ocupar, resistir e produzir vai continuar. Walfrido da Silva Lima, 52 anos, vinha do Segundo Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, que aconteceu em Brasília nos dias 8, 9 e 10 de maio, e esta foi a decisão.

Quando saiu de Araquari, no nordeste de Santa Catarina, para se juntar aos cinco mil agricultores em Brasília, Walfrido sabia que ia atravessar mais de dois mil quilômetros de terra, grande parte ociosa. Terra demais para os olhos de quem não tem. O rosto moreno de sol trazia rugas bem marcadas e as mãos calejadas descansavam sem pressa no colo.

Enquanto viajava rumo ao planalto, pela segunda vez, Walfrido pensava na sua trajetória de luta. Voltou aos seus 18 anos em 1958, quando o então presidente Juscelino Kubitschek desapropriou 50 mil hectares de terra na região de Três Barras, Canoinhas e Papanduva em Santa Catarina, para a construção do Campo de Instruções Marechal Hermes. Viu seu pai com o papel que informava a desapropriação dos seus 230 alqueires de terra e viu a si próprio sentindo que algo muito sério iria acontecer. A desapropriação levou quatro anos para se efetivar. 1963 foi o ano do horror. Os soldados fizeram manobras na área, trouxeram canhões, atiraram bombas e granadas. As 41 famílias que viviam no local tiveram 48 horas para sair. O garoto Walfrido já tinha 22 anos mas ainda não compreendia. Achava que contra a força não havia resistência. A família juntou os tatecos, vendeu o gado e esperou o dinheiro da desapropriação. O dinheiro, é claro, não veio.

O moço da roça teve que ir para a cidade, foi para Curitiba trabalhar de empregado. O pai ficou na roça, trabalhando na terra de grandes proprietários. Em 1969 o pai conseguiu comprar um pedaço de terra e chamou Walfrido de volta. Ele voltou, depois de sete anos na cidade. A terra ficava próxima a área desapropriada pelo exército. A casa de madeira, com amplas varandas e dois andares, que havia



Os sem-terra mostram suas armas frente à indiferença do governo, com uma determinação que nem a violência consegue derrubar.



sido construída pelo pai, ainda estava de pé, e vez ou outra o velho ia até lá "dar uma espiada". Numa destas espiadas, teve uma surpresa. Os soldados estavam demolindo a casa. Arrancavam as tábuas, tiravam janelas, derrubavam o trabalho de anos. O pai voltou para casa quieto, três noites não dormiu, a família alerta. No quarto dia caiu do trator e morreu. Até hoje ninguém conseguiu explicar o que aconteceu.

No balanço do ônibus, Walfrido deixou de lado as lembranças e participou das cantorias. Dois dentes de ouro brilham na boca, o bigode é fino e já está quase branco.

"Já é a segunda vez que eu vou a Brasília, mas de lá conheço apenas o prédio do Ministério da Agricultura, diz meio distraído.

Acampados — Na madrugada de terça-feira, a delegação de Santa Catarina chega à Brasília. É hora de montar barracos num grande acampamento no Parque Nacional. O governo do Distrito Federal na última hora mudou o local de acam-

pamento e deixou os agricultores distantes seis quilômetros do local do encontro. O jeito foi caminhar. Ao som da gaita e do violão os agricultores partiram rumo ao ginásio.

A passos largos, misturado a maranhenses, alagoanos, baianos e piauienses, Walfrido observava o parque.

— Parece um latifúndio, disse coçando a cabeça.

— Porquê? disse um garoto do Piauí, distraído.

— É grande demais, terra vazia, completou lacônico.

Sem mais conversa pensou no passado. Depois que o pai morreu ele seguiu com o trabalho na roça. Conseguiu comprar uma terra, comprou um trator, uma ceifadeira e a safra ia bem. Chegou a colher cinco mil sacas de grãos num ano. Mas o empréstimo no Banco começou a pesar, os juros eram altos, até que não deu mais para pagar. Walfrido teve que vender a terra para pagar as contas. Em 1979 era de novo um Sem Terra.

Foi aí que pensou em ocupar a antiga área que havia sido tirada do seu pai em 58. Junto com mais 129 pessoas ele entrou na área de Marechal Hermes. O resultado foi a polícia de novo, com bombas de gás, granadas e canhões. A ocupação foi vencida pelo exército com violência, mas Walfrido decidiu continuar, e naquele ano entrou para a Pastoral da Terra. Começava um tempo de resistência no campo.

Em 1985, 300 famílias ocupam uma área em Papanduva e novamente Walfrido está entre elas. São sete meses enfrentando a pressão da polícia e dos latifundiários. Em 86 Walfrido vem para Florianópolis com outras famílias de Sem Terras e acampa em frente ao Inbra. Ficam na capital quase um ano, mas nada conseguem. A luta dos acampados de Papanduva se arrasta, até que o Deputado Pozina, ligado à UDR, consegue dividir as famílias e desmantelar o grupo.

Walfrido não desistiu, trabalhou e conseguiu comprar terra. Setenta hectares. Hoje ele vive nesta área com os três filhos homens ajudando na plantação. Os filhos não se envolvem na luta pela terra e isto é só o que entristece Walfrido. "Eles têm medo, não têm coragem de lutar contra o poder".

Congresso — Nos grupos de discussão, durante o Congresso, o lavrador esteve sério, amarrando propostas e ouvindo as histórias dos outros camponeses. Um agricultor do Paraná contava que num despejo em Nova Cantu o desespero das famílias foi tanto, que a arma usada contra os policiais foi a terra. Jogavam nos olhos dos soldados, numa patética resistência.

Na sessão Latino Americana foi a vez de ouvir "os hermanos". Em toda a América Latina, segundo eles, é a mesma cruz. Jagunços, polícia, violência e morte. Mas teve uma hora que Walfrido sorriu. Foi quando Lula entrou no Congresso. Neste momento ele pensou no quanto a vida estaria diferente, se um trabalhador fosse presidente da República.

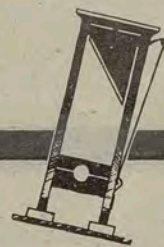
No terceiro dia de Congresso aconteceu a passeata dos Sem Terra. Foram oito quilômetros pela imensidão de Brasília caminhando até o Congresso Nacional. Por toda a parte centenas de soldados, que olhavam apreensivos aquela massa de bandeiras vermelhas que passavam. Eram mais de cinco mil pessoas, entre elas, Walfrido. Caminhava sereno. Lembrou da visita à capital anos antes. Tinham levado promessas e desta vez talvez não fosse diferente. Sempre levam promessas.

A história se repetiu. Os políticos receberam os Sem Terra e fizeram promessas. O ministro da Agricultura recebeu uma comissão e disse que o governo teria propostas para uma reforma agrária. Todos fizeram pouco caso dos agricultores. O líder do governo na Câmara recebeu os Sem Terra numa sala repleta de gente, falando sobre outros assuntos. Atirou-se num sofá e disse: — Me deem logo o documento, depois eu vejo. — E com isso encerrou a conversa.

No final da noite os ônibus começaram a retornar para os 19 estados dos que lá estiveram representados. Walfrido vinha tranquilo, na poltrona 42. Sabia que a reforma agrária não ia ser dada por ninguém. "Nós é que vamos conquistar", garante. Ficou na estrada próxima a Araquari com a pequena mala e o cobertor. O último aceno para os companheiros veio com um sorriso largo, e um "até a próxima". Ele sabe que vai ter "próxima", até que a terra seja conquistada.

UFSC URGENTE

ZERO



Universidades ameaçadas
por um corte de 30%
lutam pela autonomia

Corte ou autonomia, eis a questão

Jacques Mick

O presidente Fernando Collor provocou o duelo com data marcada: até 18 de junho as universidades federais devem reduzir em 30% os gastos com a folha de pagamento, a qualquer custo. Armado de reuniões ministeriais, medidas provisórias e de um projeto político, o governo enfrenta professores, servidores e estudantes das 37 Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), que se defendem apenas com a Constituição, um livrinho de menos de duzentas páginas. A briga tem um motivo medieval — preservar ou destruir a autonomia das universidades.

Só na Universidade Federal de Santa Catarina seriam 1.500 demitidos, mas parece que é nada. “Sei não... melhor é esperar para ver o que acontece”, falavam semana passada alguns servidores do Centro Tecnológico, discutindo as medidas do governo. A frase sintetiza as causas do esvaziamento das reuniões e manifestações organizadas pelas Associações dos Servidores e dos Professores da UFSC. Nem as 40 demissões efetivadas no fim de abril na Universidade Federal da Bahia ajudaram a aumentar a participação das categorias nas assembleias gerais — menos de 10% dos funcionários comparecem.

Antes da reunião ministerial de 9 de maio, quando Collor comprou a briga, a Federação das Associações e Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras (Fasubra) avisava que viria chumbo grosso por aí. Estadualização gradual, redução do número de escolas federais e até mesmo privatização eram medidas em estudo pelo Ministério da Educação. Mas o presidente preferiu demitir funcionários públicos, no que foi chamado de “reforma administrativa”, a parte de “sacrifícios” do governo para zerar a inflação. As medidas não vieram mais cedo porque o ministro Carlos Chiarelli adoeceu. Melhorou só depois da internação no Hospital da Escola Paulista de Medicina, ameaçado de não poder atender a mais ninguém caso as demissões aconteçam.

Escudo — A notícia dos cortes, que atingiram provavelmente os funcionários sem estabilidade, efetivados sem concurso público em 1988, provocou tensão na comunidade universitária. “Você também é demitível: mexa-se” — a frase abria uma convocação da Associação dos Servidores da UFSC (Asufsc) para a assembleia geral do dia 17, que reuniu 300 dos 3.215 técnico-administrativos. Os servidores, assim como os professores, quatro dias depois, decidiram rejeitar qualquer

tentativa de corte de gastos com a folha de pagamento e reafirmaram as reivindicações de mais verbas para o ensino público. Como escudo, as categorias carregam a Constituição e seu artigo 207: “As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial”.

A primeira assembleia dos servidores, a maior de maio, tinha novas informações de Brasília. No dia 14, o ministro Carlos Chiarelli recebeu representantes do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB) para explicar que a redução teria de ocorrer, obrigatoriamente. “As universidades que não cumprirem a determinação, não receberão suplementação orçamentária”, foi o recado do ministro. Chiarelli, entretanto, admitiu que as IFES não poderiam continuar funcionando sem os 42 mil servidores e professores que seriam demitidos pela “reforma administrativa” e topou negociar cortes na folha de pagamento — gratificações, comissões e conquistas salariais na forma de abonos poderiam ser cortados para salvar cabeças. Com esse reconhecimento da “especificidade das IFES”, o governo jogou para os reitores a batata quente da redução de gastos. O MEC espera até 11 de junho por uma contraproposta do CRUB.

Esqueleto — Depois da audiência com Chiarelli, cada reitor levou aos conselhos deliberativos das universidades a responsabilidade de apresentar sugestões. Na UFSC, as categorias convocaram “todo mundo” para fazer pressão durante a reunião do Conselho Universitário, no dia 22. Cerca de cinquenta pessoas estavam lá — quinze eram estudantes de jornalismo à procura de assunto. O reitor Bruno Schlemper, presidente do Conselho, passou ileso pelos manifestantes e, ainda antes da reunião, ouviu as reclamações de um diretor de Centro, que exigia verbas para recuperação das salas de aula.

O CUn, sob essa “pressão”, decidiu aprovar os indicativos de propostas que vieram da maioria dos Centros de Ensino e das entidades representativas da comunidade universitária. O Conselho contraria qualquer redução de gastos com pessoal. Reafirma a necessidade de mais verbas, já que a universidade só recebeu 30% do orçamento requisitado ao MEC. Exige a participação das entidades máximas das categorias (UNE, Andes e Fasubra) nas negociações com o ministério e sugere a arguição judicial da inconstitucionalidade das medidas do governo, com base no artigo 207.

A lei é ambígua, afirma qualquer jurista, mas os problemas são bem definidos. O Hospital Universitário da UFSC, o único totalmente público do estado, tem 74

leitos de uma Unidade de Tratamento Intensivo (UTI) infantil, totalmente equipados, fechados por falta de pessoal. Outro exemplo: apontados como dos mais avançados no país, o estado dos laboratórios do Centro Tecnológico recebeu um só qualificativo do diretor do Departamento de Política de Ensino Superior do MEC, Paulo Flores, que visitou a UFSC no início de maio: “É lamentável”. Não foi à toa que um professor do Centro de Ciências Jurídicas perguntou, a uma plateia desatenta, na assembleia dos professores do dia 21: “Como tirar a gordura desse esqueleto?”.

Ferir de morte — Com a posição dos conselhos das universidades, o Crub se reuniu no dia 23 em Brasília e tirou deliberações que, se ressaltavam a “defesa da autonomia universitária”, afirmavam também que “a negociação com o MEC poderá iniciar no dia 4 de junho” e que “vários conselhos recomendam a redução do número de funções gratificadas e comissionadas, bem como a ampliação gradativa de atividades, tais como cursos noturnos e, ainda, a não concessão de abono pecuniário, jetons, etc.”. O presidente da Associação dos Professores da UFSC (Apufsc), Edmundo Lima Junior, afirmava que “o documento do Crub é contraditório”, enquanto convocava a categoria a pressionar o Conselho Universitário para tomar posições definitivas na reunião do dia 29. “O Crub está determinando os CUn”, dizia Edmundo.

O presidente da Apufsc, que após a divulgação da “reforma” dirigiu assembleias com menos de 80 participantes (a base da categoria é de 1.807), afirma que o atual problema das universidades federais “é fruto de uma não avaliação institucional no passado”. Na opinião de servidores, professores e estudantes, no entanto, realizar avaliação agora é cair no jogo do governo Collor e atropelar a autonomia das universidades.

Ninguém nega a necessidade de avaliação. No mês de abril, o jornal Diário Catarinense publicou uma série de reportagens sobre professores da UFSC que trabalham e recebem salários sob o regime de Dedicacão Exclusiva (DE) e que também prestam serviços a empresas ou outras instituições. Conseqüência das denúncias, a reitoria promoveu imediatamente inquérito administrativo contra 11 professores. Além desse caso, outros 73 professores, bolsistas em cursos de aperfeiçoamento no Brasil ou no exterior, não concluíram suas teses no prazo exigido por lei e voltaram a lecionar normalmente.

Diante das denúncias, o assessor de comunicação social e marketing da univer-

sidade, jornalista Moacir Loth, fica irritado. “Nesse collarido cenário, favorecido pelo momento político, manobram soberanos, os inimigos da universidade pública, numa implacável e sórdida campanha difamatória buscando ferir de morte (como diria o presidente), a partir de episódio isolado, a instituição universitária”, afirma Loth no artigo “O massacre da UFSC” publicado em vários jornais. Para o assessor, cabe investigar com seriedade as distorções, mas jamais produzir um clima que visa justificar a destruição do organismo como um todo.

Conchavo — O reitor Bruno Schlemper voltou do Crub determinado a alterar a posição assumida pelo Conselho Universitário. Na véspera da nova reunião do CUn que definiria o indicativo final da proposta da UFSC para o corte de gastos com o funcionalismo, o reitor convocou os diretores de Centro para uma “conversinha”. As lideranças das categorias sentiram que as conquistas da semana anterior poderiam não passar, desta vez. Passaram, mas junto com elas a proposta de Bruno. Para evitar os cortes de imediato, a UFSC se propõe a realizar dentro de três meses um processo de avaliação institucional, segundo critérios a serem definidos com o governo e reduzir, por iniciativa própria, o quadro de pessoal. Assim, aceita resolver o problema da autonomia com a solução da autocracia.

Conflito — A reunião do Crub, em 30 e 31 de maio, designou Bruno Schlemper para redigir o texto da contraproposta ao MEC, junto com os reitores das universidades de Pernambuco, Pará e Uberlândia. Em 11 de junho, o Conselho se reúne com Carlos Chiarelli e apresenta, além do texto com uma proposta de negociação ainda desconhecida, um relatório completo da situação do quadro de pessoal de cada instituição. A partir de então, os reitores vão esperar os cortes.

As armas de defesa do funcionalismo nesse duelo não serviram para nada. O argumento da inconstitucionalidade da “reforma administrativa” foi rejeitado já na segunda reunião do CUn, na UFSC. Mesmo assim, Andes e Fasubra concordaram com a sugestão da Central Única dos Trabalhadores e convocaram as categorias para a greve geral, a partir de 12 de junho, sob o lema “namore essa greve”. Greve revogada, resta esperar a resposta do governo, um inimigo fortalecido pelo temor de professores e servidores. Inimigo forte e eleito pelo povo, com um discurso que dizia: “No meu governo, a universidade será juridicamente autônoma, em todos os aspectos. Não como hoje, quando a autonomia está na Constituição mas não existe na vida real”.



COMUNICAÇÃO

O QUE FALTA

- 1 — Substituição da mesa de áudio (12 canais), atualmente avariada e sem chance de conserto
- 2 — Estúdio emergencial de TV (com projeto em fase final) aguardado há dois anos
- 3 — Espaço físico específico para a maioria dos sete laboratórios
- 4 — Aluguel e manutenção de 01 linha de telex, assim como um emulador para implantar o Laboratório da Agência de Notícias, conectado ao microcomputador
- 5 — Cinco aparelhos de ar condicionado, para garantir o bom funcionamento e longevidade de equipamentos sensíveis como os dos Laboratórios de Informática, Vídeo, Áudio e Fotografia.
- 6 — Substituição das cameras fotográficas, cuja maioria apresenta defeitos irreversíveis diante do continuado uso e reparos.
- 7 — Aquisição de um videocassete, uma unidade portátil U-Matic e duas câmeras de estúdio
- 8 — Mouse, planilha eletrônica, im-

pressora laser e monitor colorido, ambos de alta definição, para atualização necessária dos Laboratórios de Jornalismo Gráfico e Informática

9 — Oito monitores de TV (quatro PxB e quatro coloridos) para suprir falta do Laboratório de Vídeo e conexão com a antena parabólica do CCE

10 — Construção do estúdio definitivo de TV, que abrigará juntamente as novas instalações (melhor dimensionadas) do estúdio do Laboratório de Áudio.

Prof. Ricardo Barreto
Chefe do Departamento

FARMÁCIA

O QUE FALTA

- 1 — Falta de espaço físico adequado para funcionamento dos laboratórios;
- 2 — Falta de equipamentos para desenvolvimento das aulas e trabalhos de pesquisa;
- 3 — Falta de material de consumo para desenvolvimento satisfatório das aulas práticas;
- 4 — Recursos financeiros mínimos disponíveis para passagens e diárias;

5 — Recursos financeiros mínimos disponíveis para serviços de terceiros.

Sou de opinião que além dos esforços que a UFSC através das autoridades constituídas vem fazendo no sentido de conseguir os recursos necessários à manutenção e desenvolvimento das atividades Universitárias, paralelamente outros setores Universitários devem manifestar preocupação com a estagnação e até regressão que ocorrerá fatalmente com a continuidade da situação presente.

Estagnação

O percentual de recursos mínimos previstos na Constituição deve ser exigido por toda a comunidade, particularmente às organizações ligadas diretamente ao ensino. O artigo 212 da Constituição prevê: "A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, vinte e cinco, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino."

Prof. Gunther José Ammon
Chefe do Departamento

pequeno, precisa ser renovado em todos os aspectos.

Vários documentos e propostas para resolver essa questão de espaço físico já foram encaminhadas as instâncias competentes solicitando verbas para a construção de um novo prédio para o CCE, mas até o presente essa rubrica não foi contemplada.

Em nossa opinião, o DLLE enfrenta uma situação não muito diferente daquela vivida pelos demais departamentos desta Universidade neste 1º semestre de 1990. Lamentamos profundamente o desaso das autoridades responsáveis pela educação, no que diz respeito ao repasse de verbas para as Universidades, pois estas tem sido cada vez mais preteridas no orçamento da União para a Educação.

O DLLE tem conseguido sobreviver a essa escassez de recursos porque oferece comunidade sob forma de atividade de extensão, os Cursos Extracurriculares e destinam 10% do seu orçamento para o fundo do departamento. Esses recursos gerenciados de maneira competente, em sido vestidos prioritariamente na compra de material permanente para o ensino em nossas condições de trabalho.

Prof. Susana Maria Fontes
Chefe do Departamento

ENFERMAGEM

O QUE FALTA

- 1 — Material de secretaria (papel, corretivo, grampeador, perfurador, papel para microcomputador, disquete, fita para micro).
- 2 — Material de consumo para o Laboratório de enfermagem: 5 estetoscópios, 5 sfigmomanômetros, 2 manequins anatômicos adultos para treinamento de técnicas, 1 manequim criança.
- 3 — Um balcão divisório para a Secretaria.
- 4 — Diárias e passagens que viabilizam a participação dos professores em eventos.
- 5 — Livros para a Biblioteca.
- 6 — 1 máquina de datilografia (elétrica)
- 7 — Material Áudio-visual (1 videocassete e um televisor para substituir o que possuíamos e foi roubado).
- 8 — Sala de reuniões.

Frustração

As dificuldades orçamentárias por que estamos passando a universidade brasileira evocam a um sentimento geral de frustração, de perda de qualidade, de atraso. É preciso que essa mesma crise que está exigindo respostas para novos questionamentos, seja a mola propulsora para as reformulações e a retomada de qualidade.

Prof. Ana Palma de Souza Camargo
Chefe do Departamento

À POPULAÇÃO

Quemos falar à população catarinense em um dos mais graves momentos pelo quais já passamos, seja como professores, servidores ou alunos da Universidade Brasileira.

Reafirmar a tradição de diálogo que sempre houve entre nós, Universidade e comunidade. Reafirmar também a solidariedade que soubemos construir, mesmo nos momentos mais dramáticos, em que pesem todas as dificuldades e mistificações daqueles que não se interessam pela existência desta tradição solidária.

Antes foram os outros; agora é o governo Collor. A sua proposta é de corte de 30% do quadro de funcionários ou da folha de pagamento das Universidades Públicas Federais. Não é apenas uma espécie de insanidade, como logo iremos ver. Também faz parte de uma orquestração que visa isolar a Universidade da Comunidade: a de que a universidade tem "gorduras", tem excesso, que as verbas e dotações são suficientes e que os professores e servidores seriam novos marajás aos quais ele estaria empenhado a caçar.

Isto é mistificação. Passemos à realidade: é o próprio Reitor da UFSC, prof. Bruno Rodolfo Schlemper Jr. em documento divulgado no dia 17 de abril, que afirma: "Não há recursos e o fechamento de banheiros se apresenta como alternativa desesperada para assegurar espaço físico para abrigar atividades fins". Diz mais: "Não há recursos para substituição de

portas quebradas, esquadrias deterioradas, troca de cortina, reposição de cadeiras em aula, recuperação de telhado, etc".

Além disto, continua o documento do Reitor, "constata-se o sucateamento de expressiva parcela dos equipamentos disponíveis. E o estado de obsolescência dos equipamentos dos diversos laboratórios". Por exemplo, não existem recursos para substituição de microscópios que já atingiram 24 anos de utilização, quando sua vida útil é de cinco anos.

O Hospital Universitário possui a única UTI pediátrica inteiramente pública de Florianópolis, com 74 leitos e está fora de funcionamento **por falta de pessoal** para operá-la.

Esta é a parte da radiografia da Universidade. Um lugar onde se deveria gerar o conhecimento, onde esse conhecimento fosse transmitido e onde fosse possível a reflexão sobre os impasses do nosso país, transformou-se no que vimos: um lugar de alternativas desesperadas trarssão onde a transformação de banheiros em salas de pesquisa, convivem o **sucateamento de equipamentos**, o obsolescência com a **falta de pessoal**.

Nesse quadro, conclui o documento do prof. Bruno: "a defasagem de conhecimento pode estar colocando, em certas áreas, **vidas em risco**."

E como poderia ser diferente quando os recursos são estrangulados? Em janeiro de 1990, foi aprovado um orça-

mento correspondente a — 298,781 BTN's. Hoje dispomos de um orçamento que equivale a 3.261.690 BTN's, ou seja cerca de 50 + das necessidades.

Enquanto isto, o governo alardaria que as dotações e verbas são de 82% do orçamento do MEC para as Universidades Federais. Omite que o orçamento do MEC não inclui ensino de 1º e 2º graus, assumidos constitucionalmente pelos Estados e Municípios. Pior: silencia ainda sobre o fato de que uma parte vai para as universidades privadas, para as escolas militares e para as escolas técnicas e agrícolas. Assim, sobram efetivamente para as universidades Públicas e Federais e os Hospitais Universitários somente 53% dos recursos destinados ao MEC.

Aí temos lado a lado a verdade e a mistificação.

É neste quadro, em que está mais do que claro que os recursos não permitem que a Universidade Pública cumpram a sua função junto à sociedade, que o governo Collor faz à sua proposta.

É hora de reafirmar, Universidade e Comunidade, a nossa tradição é de luta solidária, pelo princípio constitucional da autonomia universitária, pelo ensino público e gratuito, pela qualificação de seu corpo docente, pela manutenção de seu quadro de servidores e por todo este patrimônio que é coletivo.

Assembléia dos Professores da UFSC
Andes - Sindicato Nacional
Florianópolis, 21 de maio de 1990.

A expressão da arte sem palavras

Karin Vêras

Da palavra ao silêncio foi o caminho percorrido pelo mímico Laurent Decol na peça de mesmo nome: "Mime Donne La Parole au Silence", apresentada no Teatro Álvaro de Carvalho no último dia 5. E se "no início era o verbo", para este mímico trazido pela Aliança Francesa ao estado, o verbo é a expressão.

O branco no preto; o artista num fundo que absorve todas as cores. No palco do teatro o cenário era o vazio, talvez a própria vida. Em 10 quadros, Laurent apresentou a Praça, o Conjunto musical, os amantes, as pessoas, com rara sensibilidade de espírito e flexibilidade corporal. No último quadro fez um jogo de máscaras que deixou muita gente a se perguntar quem é quem e por quanto tempo, já que trocava de máscara em questão de segundos.

Tudo em Laurent falava: os olhos brilhantes, vivamente destacados pela maquilagem; a boca larga ora aberta num sorriso, ora cerrada num gemido de dor; as mãos vibrantes onde cada dedo era peça única e insubstituível na construção de cada gesto. O artista comunicou-se com o público fazendo-o reagir com aplausos, sorrisos, sensações. Pois

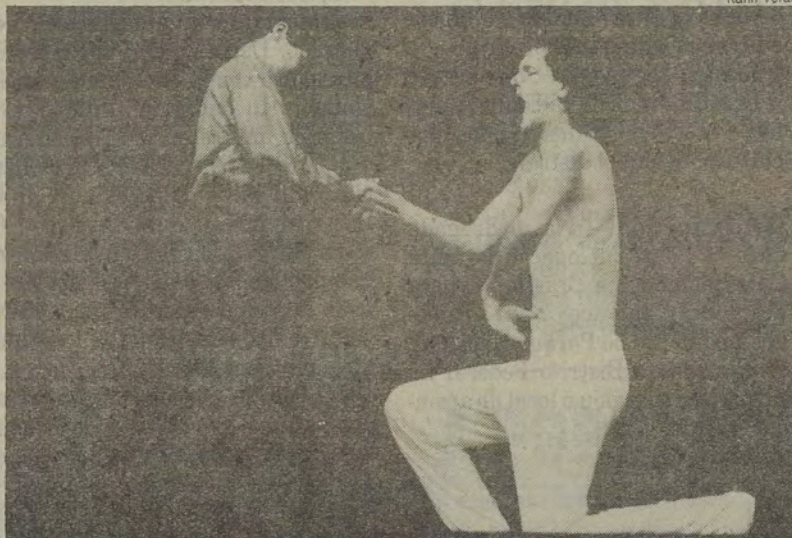
cada um estava espelhado no palco e era ao mesmo tempo personagem e espectador. O próprio ator se viu refletido neste espelho quando trocou de lugar com um garoto da platéia que logo se descobriu como um talentoso imitador.

Foram as crianças quem mais gostaram deste show marcado pelo humor, talvez porque entenderam melhor as mensagens transmitidas. Elas eram as primeiras a reagir com as representações de cada tipo humano trazido pelo mímico:

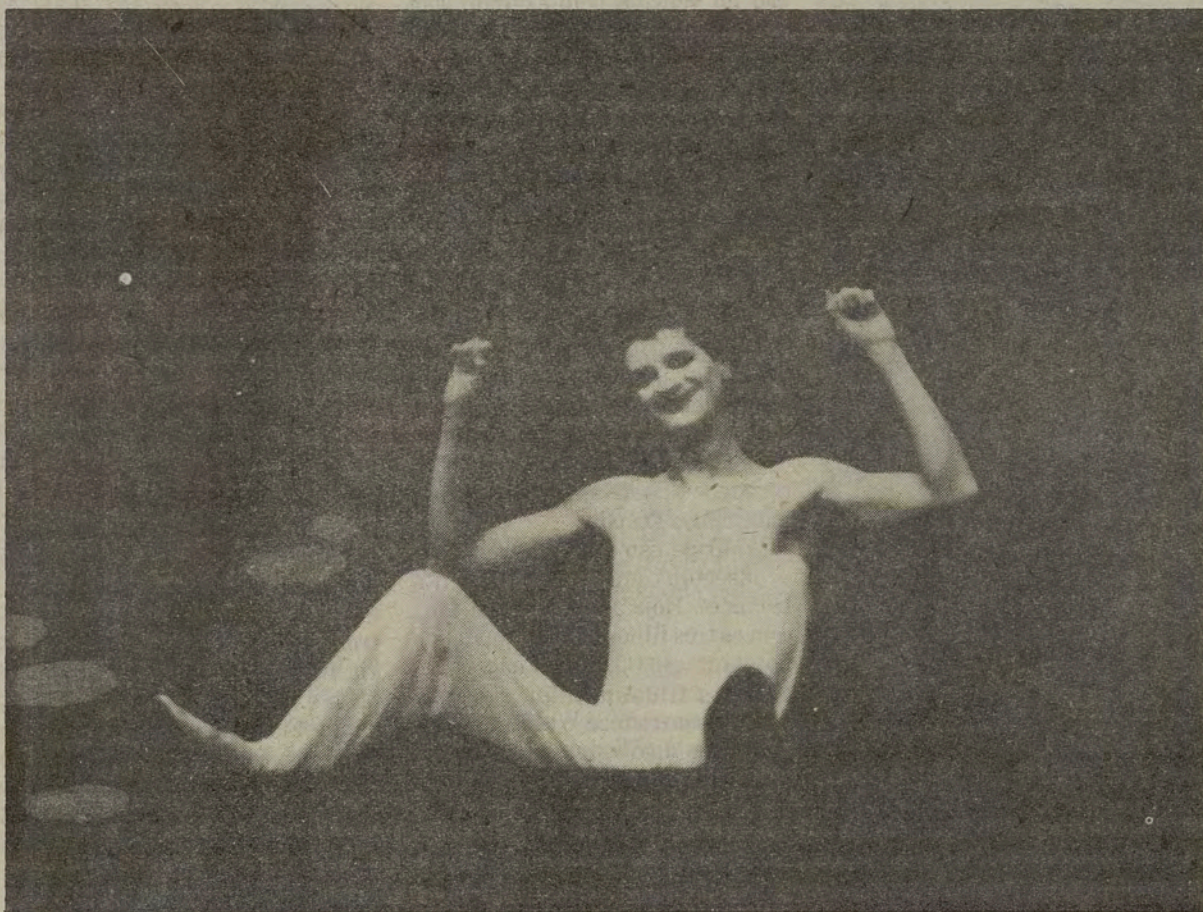
caricaturas estilizadas de um cotidiano saturado de palavras.

Laurent Decol já se apresentou em quase todos os países da Europa, além de México, Brasil e grande parte da África do Leste e da China. Só mesmo um discípulo do grande mestre da mímica mundial, Marcel Marceau, conseguiria resgatar às pessoas o silêncio e a sensação de serem 'unas' dos pés à cabeça. Ali, no teatro de pantomima, o pensamento foi transmitido através do corpo diretamente ao coração.

Karin Vêras



Ator e espectador fizeram jogo de espelho trocando de papel



O sorriso aberto parecia não vir do mesmo rosto que antes expressara dor



No final permanece acesa a imaginação

Mais desafiador que
radicalizar num skate
é fotografar o movimento

Fotos de Lauro Maeda



Quando faltam as asas



Lauro Maeda foi primeiro lugar no "Set" interno do Curso de Jornalismo, categoria ensaio fotográfico, com esse registro chocante da apresentação dos profissionais Dinho e Cofóx, no *half pipe* do Clube 12, em Jurerê. A Comissão Julgadora, integrada por grandes nomes da fotografia (Orestes Araújo, Tarcísio Mattos e o Prêmio Esso Olívio Lamas) foi unânime



O governo quis fechar a maior mina do mundo, mas bolivianos resistiram

Ainda tem estanho em Siglo XX

Fotos: Jacques Mick

Geraldo Hoffmann e Jacques Mick

Faltam 266 mil moradias na Bolívia, mas há casas sobrando no maior centro mineiro do país, no departamento de Potosi. Na época em que as minas do complexo Siglo XX funcionavam a todo vapor, muitos bolivianos trabalhavam cinco, dez anos, alugavam quartos no povoado de Llallágua, ali perto, até conseguir um quartinho de quatro por seis metros emprestado da mineradora. Se o trabalhador morria ou era despedido pelo "mal da mina", a viúva ou esposa era posta para à rua. Hoje isso não acontece mais. A maior mina de estanho do mundo só tem 400 operários.

Cinco anos atrás, o decreto 21.060 do ex-presidente Victor Paz Estenssoro demitiu os 4.800 mineiros da Siglo XX. O governo dizia que a mina dera um prejuízo de US\$ 3,8 milhões e que o estanho tinha acabado depois de 90 anos de exploração. Diz-se que todo o minério já retirado dali e entregue ao estrangeiro daria para erguer uma ponte entre La Paz e Madri. E os trabalhadores que resistiram às demissões garantem que ainda é possível processar mil toneladas brutas por dia até o ano 2.060.

A Siglo XX começou a funcionar em 1895, nas mãos de um consórcio de empresas chilenas e bolivianas. Entre 1915 e 1920, o controle passou para nomes das tradicionais oligarquias Patinô, Aramayo, Hostchild e outros, que exportaram o melhor estanho do mundo para as fundições da Inglaterra. Os primeiros sindicatos mineiros surgiram em 1919, para lutar contra esse monopólio, e trinta anos depois os oligarcas foram expulsos do país pela Revolução Popular. As minas de estanho foram então nacionalizadas pelo presidente Victor Paz Estenssoro, o mesmo que assinou o "decreto de fome" para fechar as minas em 1985. "Mais que o estanho, comeram milhares de vidas", diz Fernando Calvi Gandarillas, 28 anos de mina, há cinco resistindo à negociata do governo.

Migalhas — Entre as medidas para controlar uma inflação anual de 23.447%, a Nova Política Econômica de Estenssoro congelou os salários do governo e suas empresas e cortou 10% dos empregos; 23 mil dos 28 mil funcionários da Corporação Mineira da Bolívia (Comibol) foram demitidos com a promessa, nunca cumprida, de serem transferidos para empregos em outros setores. Para piorar a situação, o preço



O decreto do governo não fechou a Siglo XX, mas transformou tudo em sucata. As casas, abandonadas, não servem mais para abrigar o sofrimento dos mineiros.





Estes são os palliris. Antes de 85, eram mineiros. Agora, catam migalhas de estanho nos restos da exploração do século XIX.

do estanho caiu 44% no mercado internacional. “Foi mais um pretexto para o governo apresentar seus cabos eleitorais com a privatização das minas, entregues a cooperativas de fachada e, por estas, às transnacionais”, denuncia o presidente do Sindicato Mineiro da Siglo XX, Mário Cussi.

A multidão de subempregados urbanos da Bolívia subiu para 80% da população economicamente ativa depois do pacote. Os demitidos da Siglo XX que não foram para as cidades nem para as plantações de coca, agora remexem as migalhas deixadas por Patinô e companhia. São velhos, mulheres, crianças, famílias inteiras que trabalham até 12 horas por dia, sem carteira assinada, catando, carregando e amassando pedras. Já não se chamam mais mineiros: agora são os “palliris”, da palavra aymara que significa “o que recolhe escolhendo”. As crateras abertas pelas escavações dos “palliris” lembram o garimpô de Serra Pelada. O estanho encontrado, vendem às mineradoras, o que dá um salário que vai do nada até US\$ 67. “Tem até aposentado trabalhando para complementar a pensão de 15 ou 16 dólares”, afirma o “palliri” Narciso Aguilar Flores, 58 anos, que trabalhou 36 na Comibol e quando foi demitido recebeu US\$ 1.530.

Sucata — Lllallágua, o centro econômico do Norte do departamento de Potosi, é hoje uma cidade-fantasma. O governo pagou até três vezes o valor de uma indenização para que os trabalhadores abandonassem as minas. Nas ruas bem calçadas da cidade, onde tombaram os mortos dos inúmeros conflitos entre mineiros e o exército, agora são camelôs que nos sábados disputam os poucos compradores para os produtos contrabandeados. Mas não há mendigos. “É que aqui ninguém vai pedir para quem não tem”, diz Cussi.

Dos 4.800 trabalhadores ficaram apenas 400. As conquistas de quase 70 anos de mobilização sindical também estão falindo com Lllallágua. É o caso da rádio La Voz del Minero e da Universidade Nacional Siglo XX, autogestionadas pelos trabalhadores. Os cinco anos de abandono estatal transformaram o complexo mineiro em sucata. Sem manutenção, os equipamentos se deterioraram. O mato tomou o lugar dos vagões sobre os trilhos por onde circulava minério. Para o governo, era uma mina fechada.

Os mineiros que não abandonaram Lllallágua agora começam a reabilitar a Siglo XX com a determinação típica dos ancestrais indígenas. O engenho de Catavi, por exemplo, atualmente processa 100 toneladas/dia de minério bruto (400kg de estanho) e a meta é dobrar a produção até o fim do ano. Esse minério é reaproveitado das 60 milhões de toneladas deixadas como reserva a céu aberto, desperdiçadas por tecnologias de processamento do século passado. A capacidade do engenho até agora era de 1000 ton/dia, mas com um projeto de modernização os trabalhadores pretendem chegar a 10 mil ton/dia em dois anos.

Esse entusiasmo desperta de novo o interesse do governo. “Já estão mettendo as unhas”, diz Fernando Gandarillas, se referindo aos 5% de imposto sobre o estanho. Os mineiros da Siglo XX podem trabalhar mais 18 anos só com as reservas. Dentro da mina que o governo queria fechar há estanho para outros 50 anos. “Os mineiros derrotaram o 21.060”, exulta Mário Cussi.

Frei Betto vem à UFSC e dá sua opinião sobre o Leste Europeu

Uma nova fórmula para o socialismo

Nilva Bianco

Enquanto o stalinismo dá seu último suspiro no Leste Europeu, o que o teólogo e sociólogo Frei Betto espera para o Brasil é uma mistura de democracia, carnaval, futebol e religião. Mistura que nada mais é do que a sua concepção de um socialismo latino-americano. As suas idéias foram expostas no ciclo de debates "Socialismo e Democracia: o Leste Europeu", promovido pela UFSC, no dia 29 de maio.

Calmamente, separado do público pela longa distância entre o centro do ginásio e as arquibancadas, Frei Brito defendeu o socialismo. Mas 11 anos de viagens a lugares como Nicarágua, União Soviética, China, Cuba e vários outros países socialistas deram a Frei Betto subsídios suficientes para fazer muitas críticas ao regime.

Para ele, mesmo com tantos defeitos o socialismo ainda assim conseguiu avançar mil anos luz sobre o capitalismo, principalmente na área de benefícios sociais. Frei Betto chegou a essa conclusão usando a ótica evangélica, que julga a sociedade de acordo com o quanto ela traz de vida para a população. "O critério que se deve usar, então, para avaliar um país não é o número de eleições, mas o nível de vida que ele oferece para a maioria da população", afirma. "O maior trunfo da burguesia capitalista é querer nos enganar com periodicidade eleitoral, o que não significa democracia", adverte. Frei Betto argumenta que se nos países capitalistas ricos não se vê miséria social, isso foi conseguido às custas do terceiro mundo, que ainda luta por direitos animais. "Aqui os trabalhadores ainda sofrem por comida, enquanto nos países socialistas a luta é por direitos humanos, como liberdade sindical e aumento salarial. Neles, a miséria foi erradicada como fenômeno coletivo. Se existisse alguma favela nos países socialistas, o Globo já teria mostrado", ironiza o sociólogo.

Fome — Entre relatos de conversas com políticos de vários países, como Lech Walesa, da Polônia, Frei Betto afirma que o socialismo não morreu,

apenas procura modernizar-se. No entanto, adverte, o Leste Europeu corre um grande risco ao tentar se aproximar da liberdade capitalista, pois ela é proporcional ao padrão de consumo, ao qual nem todos têm acesso. Ele avisa que se os países do Leste enveredarem por esse caminho dentro de pouco tempo vão apresentar os mesmos sintomas da Polônia, onde o poder de compra dos trabalhadores já não suporta a oferta de consumo.

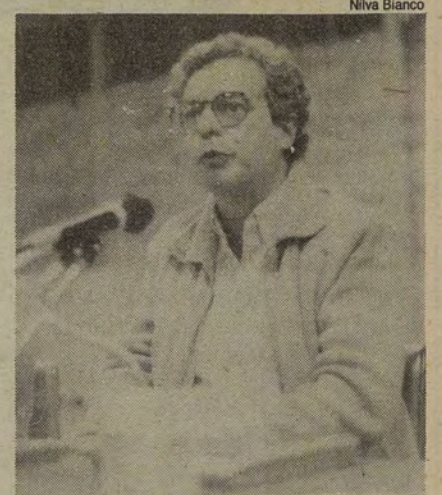
Para Frei Betto, o Leste Europeu desabou porque o ser humano tem duas fomes: uma de pão e a outra, por ele denominada, de "fome de beleza", voraz e infundável, que o socialismo esqueceu de resolver. Essa fome corresponde à necessidade que todo indivíduo tem de se fazer sujeito de sua própria existência, de dar à sua vida um sentido único. O capitalismo resolveu esse problema privatizando os bens e socializando os sonhos, delegando a estes a realidade a qual não se tem acesso. Já o socialismo, conforme Frei Betto, simplesmente castrou os sonhos e não aceitou críticas. Com o monopartidarismo, os movimentos sindicais foram transformados em meros transmissores das decisões do Estado e os sonhos se transformaram em privilégio do poder.

Falando de subjetividade e luta, o sociólogo consegue aproximar duas personagens tão distintas como São Francisco de Assis e Che Guevara, de-

finindo-os como homens que conseguiram resolver a sua fome de beleza. Foram sujeitos de suas histórias através de uma liberdade revolucionária, capaz de ser transmitida a um povo.

Terroristas — Com sua experiência como teólogo e estudioso das relações entre socialismo e Igreja, Frei Betto aponta outro pecado cometido pelo regime. Diz que o socialismo transferiu para a política as categorias da religião e dogmatizou figuras ou partidos como se fossem deuses ou religiões. Para ele, não existe determinismo histórico e a crise do socialismo prova isso. "Na vida, como na história, a gente sempre colhe o que planta", sentencia.

A crise no Leste Europeu também obriga as esquerdas latino-americanas a revisarem algumas posições, na opinião do sociólogo, e a principal é a questão da linguagem. Seu problema: a esquerda só fala para a esquerda e o povo simplesmente não entende. "As pessoas em geral não percebem o tempo como um movimento linear do processo histórico, mas como um movimento cíclico — como uma programação de TV", exemplifica. A esquerda não consegue alcançar o povo porque o normal não é ouvir um debate sobre o socialismo, é ficar em casa vendo novela. O normal não é ser consciente, mas ser alienado. Frei Betto lembra que há 20 anos, com a guerrilha urbana, a esquerda tinha tudo:



Nilva Bianco

teoria marxista, coragem, idealismo e armas. Só faltou o apoio popular. Por isso, para o povo, eles passaram a ser os "terroristas". Para se conquistar o apoio popular, a ligação da esquerda com a massa deve, então, passar a ser afetiva. "Não só cabeça, mas coração", resume.

Totalidade — Nas suas críticas à esquerda, Frei Betto afirma ainda que ela está cheia de categorias religiosas, de pretensões vanguardistas e voluntarismo político. Além disso, acusa a esquerda de, muitas vezes, em nome de combater o inimigo, aceitar as regras do jogo, usando os mesmos métodos e cinismo da diretoria. E faz a grande advertência: "a única coisa que um revolucionário não pode perder é a moral, pois ela é a sua causa". Essa moral constitui-se na única arma da qual a burguesia não pode se defender, porque ela só se perpetua no jogo imoral.

Para Frei Betto, a crise do socialismo também se deve a uma atitude imoral do stalinismo em nome de uma causa justa. Afinal, no seu entendimento, para se chegar a um socialismo democrático é preciso continuar com os movimentos populares e cuidar também da cabeça — teoria — mas ampliar ainda mais, tratando da questão da sexualidade, do machismo, que permanece entranhado nos países socialistas. "Ou se faz a política integral, que englobe o ser humano na sua totalidade, ou dificilmente se chaga lá".

